

MARCAS INVISÍVEIS:
Um Olhar da Logoterapia sobre os Efeitos
Psicológicos da Tortura no Período da Ditadura
Militar Brasileira

INVISIBLE MARKS:
A Logotherapy Look at the Psychological Effects of
Torture in the Brazilian Military Dictatorship Period

DAYSEANNE NAYARA DA SILVA TEIXEIRA¹
ZIRLANA MENEZES TEIXEIRA²

Data em que o trabalho foi recebido: **22/09/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **30/10/2024**

¹ Graduação em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda. E-mail: dayseannenayara123@gmail.com

² Doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: zirlateixeira@hotmail.com

MARCAS INVISÍVEIS:
Um Olhar da Logoterapia sobre os Efeitos Psicológicos da tortura no
Período da Ditadura Militar Brasileira

RESUMO

O estudo aborda os impactos psicológicos sofridos por militantes políticos durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Por meio de revisão bibliográfica integrativa e análise de relatos de três sobreviventes, a pesquisa identifica a violência, a repressão e a tortura impostas pelo regime militar, enfatizando os efeitos psicológicos em longo prazo nos sobreviventes. Utilizando os princípios da Logoterapia de Viktor Frankl, busca-se compreender como encontraram sentido em meio ao sofrimento e resistiram aos traumas causados pela perseguição. Conclui-se que dar voz às vítimas e refletir sobre um período complexo da história brasileira, contribui para a compreensão dos impactos duradouros da ditadura na sociedade e na saúde mental dos envolvidos.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Logoterapia. Sentido da Vida. Tortura. Militantes.

INVISIBLE MARKS:
A Logotherapy Look at the Psychological Effects of Torture in the
Brazilian Military Dictatorship Period

ABSTRACT

The study addresses the psychological impacts suffered by political activists during the military dictatorship in Brazil (1964-1985). Through an integrative bibliographical review and analysis of the accounts of three survivors, the research identifies the violence, repression and torture imposed by the military regime, emphasizing the long-term psychological effects on the survivors. Using the principles of Viktor Frankl's Logotherapy, it seeks to understand how they found meaning in the midst of suffering and resisted the traumas caused by persecution. It concludes that giving a voice to the victims and reflecting on a complex period in Brazilian history contributes to understanding the lasting impacts of the dictatorship on society and on the mental health of those involved.

Keywords: Military Dictatorship. Logotherapy. Meaning of Life. Torture. Militants.

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) se configurou como um período de extrema violência e repressão, marcado pelo uso sistemático de tortura para silenciar e intimidar opositores políticos. A técnica repressiva do regime autoritário deixou profundas cicatrizes sociais e psicológicas nas vítimas e em seus familiares, afetando várias gerações. Neste estudo, investigamos os efeitos psicológicos dessa tortura em militantes políticos, buscando compreender, por meio da Logoterapia de Viktor Frankl, como essas pessoas encontraram sentido em meio ao sofrimento extremo e resistiram ao trauma.

A Logoterapia, teoria desenvolvida por Frankl após sua experiência em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, é fundamentada na ideia de que o sentido da vida é um fator motivacional essencial, mesmo nas situações mais adversas (Frankl, 1991, p. 103). Ao aplicar essa perspectiva, pretendemos explorar como alguns sobreviventes da ditadura brasileira conseguiram ressignificar suas experiências e manter a resiliência psicológica frente à brutalidade do regime. Dessa forma, o problema norteador centra-se em como a Logoterapia pode ajudar a explicar os processos de busca de sentido de vida entre as vítimas de tortura durante a Ditadura Militar no Brasil.

Em resistência à opressão vivenciada, houve indivíduos que se levantaram em defesa da democracia e da liberdade: os militantes políticos. Conforme Gianordoli-Nascimento *et al.* (2012, p. 109), muitos enfrentaram perseguições prolongadas, tanto pessoais quanto de suas famílias; outros, empurrados à clandestinidade. Aqueles que sobreviveram ao caos da tortura carregam consigo histórias de resiliência que merecem ser ouvidas. Este estudo busca dar voz aos sobreviventes e analisar os impactos duradouros da violência psicológica, assim como os caminhos para a recuperação do sentido e da dignidade humana.

Este artigo contribui para a compreensão dos efeitos da Ditadura Militar ao explorar as consequências psicológicas da tortura sob a ótica da Logoterapia. Pesquisas históricas, como as de Napolitano, contextualizam a história desse período. Sob o olhar da Logoterapia, há a possibilidade de uma visão única sobre como a busca por sentido

ajudou os sobreviventes a resistir ao trauma, acrescentando uma dimensão psicológica aos debates sobre memória histórica e cura em contextos de violência estatal.

Adotamos uma abordagem qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica integrativa, que é "um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática" (Souza, 2010, p. 102). Esse método foi escolhido para oferecer uma visão ampla sobre os efeitos psicológicos da tortura e explorar o papel da Logoterapia, fundamentada na obra de Viktor Frankl, no entendimento da resistência dos sobreviventes da Ditadura Militar.

Para compor o *corpus* deste estudo, foram incluídas fontes secundárias como livros, artigos científicos e produções cinematográficas, com foco em trabalhos publicados nos últimos vinte anos que abordam a tortura, seus impactos psicológicos e a resiliência em contextos de repressão autoritária. Os critérios de inclusão limitaram-se a estudos que discutem explicitamente o impacto psicológico da tortura e empregam conceitos relacionados à Logoterapia. Fontes sem conexão direta com o contexto da Ditadura Militar Brasileira ou com a abordagem logoterapêutica foram excluídas para garantir a coerência temática.

Os depoimentos de três sobreviventes foram tratados como fontes primárias, extraídos de uma produção da teledramaturgia brasileira, *Amor e Revolução* (Santiago, 2011), seguindo a orientação ética de anonimização dos participantes. Para análise desses depoimentos, adotou-se uma abordagem logoterapêutica, visando compreender a essência das experiências relatadas. Os depoimentos foram interpretados com base nos princípios da Logoterapia, principalmente em relação aos conceitos de busca de sentido e valores atitudinais, permitindo uma análise das estratégias de enfrentamento e coragem desenvolvidas pelos sobreviventes diante da tortura, conforme Pereira (2009, p. 38).

A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Na década de 1960, o Brasil viveu tensões políticas influenciadas pela Guerra Fria entre Estados Unidos da América (EUA) e o conglomerado russo, à época conhecido como União das Repúblicas Soviéticas (URSS). Nesse contexto, países alinhados com os EUA, como o Brasil, buscavam conter o avanço do comunismo. João Goulart, vice-

presidente que assumiria após a renúncia de Jânio Quadros, foi acusado por alguns setores de ter inclinações esquerdistas e ligações com o comunismo. Essas preocupações refletiam o clima de polarização da época. No entanto,

Para sua sorte e azar, no dia da renúncia de Jânio Quadros, João Goulart estava em missão diplomática-comercial na China comunista. Sorte, pois se estivesse no Brasil teria sido preso pela junta militar. Azar, pois, para a opinião pública conservadora, a visita aos comunistas consolidava a pecha de subversivo e filo-comunista pela qual a direita rotulava o vice-presidente (Napolitano, 2014, p. 33).

Em 1961, João Goulart, o Jango, presenciou a transição do sistema político brasileiro do presidencialismo para o parlamentarismo. Essa mudança permitiu que Goulart, embora assumisse a presidência, transferisse os poderes de governança para o primeiro-ministro, enfraquecendo-o politicamente. A alteração violava a Constituição e gerou resistência de diversos setores. Para resolver o impasse, o Congresso propôs a Ementa Constitucional nº 4, que previa um plebiscito em 1965 para decidir sobre o retorno do presidencialismo. O plebiscito foi antecipado e ocorreu em janeiro de 1963, restaurando o sistema presidencialista, conforme Bezerra³ (s.d.).

De acordo com Aladim (2015), em 1964, com mais poderes, João Goulart lançou as “Reformas de Base”, propondo medidas como a desapropriação de terras, o direito ao voto para analfabetos, uma reforma universitária e uma nova Constituição. Essas propostas, embora focadas na redução da desigualdade e na modernização do país, foram recebidas com forte oposição. Para os conservadores, as reformas simbolizavam uma suposta ameaça comunista, enquanto para setores da esquerda, as ações de Goulart eram vistas como insuficientes e lentas na luta contra a injustiça social. Esse clima de polarização e instabilidade contribuiu para a intensificação das tensões sociais, criando um ambiente propício para o golpe de 1964.

A intensificação da polarização política e social no Brasil durante o governo de Jango também foi impulsionada pela resistência de setores conservadores da sociedade, que incluíam grandes latifundiários, empresários e meios de comunicação, os quais viam com desconfiança as propostas reformistas do presidente. Tais grupos contribuíram para

³ BEZERRA, Juliana. Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em: 20 abr. 2024

a criação de um clima de crise e instabilidade, o que acabou por legitimar a intervenção militar como uma alegada solução para a suposta "ameaça comunista" e para restabelecer a "ordem" no país.

Em março de 1964, cerca de quinhentas mil pessoas se reuniram nas ruas do centro de São Paulo para participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, composta por grupos conservadores que defendiam discursos religiosos e ideológicos, empunhando cartazes anticomunistas e contra o governo e suas reformas. Aproveitando-se dessa situação, o general Castelo Branco deixou claro o ultimato ao governo e sinalizou para o golpe. Napolitano (2014, p. 57) afirma que soldados e marinheiros transformaram os últimos dias de março de 1964 em um prelúdio revolucionário, amedrontando os membros do alto escalão, que estavam indecisos sobre derrubar ou não Goulart.

Os eventos, que se intensificaram gradualmente, contribuíram para a deterioração do ambiente político marcado pela rebelião militar, tanto a favor quanto contra o governo e suas reformas. Se já havia pressão, entre os dias 31 de março e 2 de abril a situação se tornou ainda mais complicada, uma vez que o presidente se viu destituído pelos militares, que assumiram o controle do país. Diante dessa realidade, Jango se viu sem alternativas viáveis. No final das contas, seu mandato estava se encerrando, mas não por vontade própria; estava sofrendo um Golpe de Estado.

Desde o início, a Ditadura Militar procurou estabelecer um arcabouço legal como meio de se institucionalizar e ganhar legitimidade perante a opinião pública, especialmente entre os setores liberais, que haviam apoiado a remoção de Jango. Nesse contexto, o golpe recebeu respaldo do Congresso Nacional e de juristas, oficializado na madrugada de 2 de abril no Congresso Nacional. No entanto, essa ação ocorreu à margem da Constituição, já que o cargo presidencial foi declarado vago enquanto o presidente ainda permanecia no território nacional, conforme dito Napolitano (2014, p 65), sem ter renunciado nem sido submetido ao *impeachment*, sendo que apenas uma dessas três circunstâncias — além do falecimento — justificaria tal medida.

Em 1964, a ideia de uma "intervenção militar temporária", que corrigiria os erros do governo de Jango e devolveria o poder aos civis, tornou-se ilusória. Bezerra (s.d.) afirma que o general Castelo Branco assumiu a presidência através do Ato Institucional nº 1, que dava poderes ao Congresso para eleger um novo presidente, prometendo

inicialmente um mandato transitório. No entanto, as expectativas moderadas foram abandonadas, e o golpe militar rapidamente evoluiu para uma ditadura consolidada, com o regime militar firmando-se no poder.

Após o golpe, foram decretados dezessete atos institucionais, dos quais os mais relevantes são os de número um a cinco (AI I a AI 5). Com o AI-2,

Basicamente reforçava os poderes do presidente [...], ainda poderia fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, intervir em estados, cassar deputados e suspender os direitos dos cidadãos por dez anos. (Napolitano, 2014, p. 79).

O general Castelo Branco também emitiu o AI-3, que, segundo Napolitano (2014, p. 79), instituiu eleições indiretas para governadores; os partidos políticos foram dissolvidos e instaurou-se o sistema bipartidário, criando a ARENA e o MDB. Além disso, Bezerra (s.d.) afirma que o governo criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), que estabeleceu um forte sistema de vigilância, monitorando diversos grupos, desde empresários até estudantes, dificultando qualquer resistência ao regime. E, conforme afirma Aladim (2015), o AI-4, convocando uma Assembleia Constituinte para elaborar uma nova Constituição para o país. Além disso, o general iniciou a implementação de medidas econômicas, dada a grave crise econômica enfrentada pelo país na época. O grupo mais radical dentro do governo exercia pressão sobre Castelo Branco para reprimir qualquer forma de dissidência e para afastar os civis das tomadas de decisão políticas.

Desde 1966, os estudantes engajaram-se em protestos públicos contra o regime, confrontando-se com a polícia e defendendo o "voto nulo", conforme Napolitano (2014, p. 88). O movimento estudantil (ME) emergiu como uma das principais forças de oposição ao regime militar ao longo de todo o período. Jovens conscientes de seus direitos e ávidos por liberdade política desempenharam um papel fundamental ao saírem às ruas para protestar, expressando suas demandas por meio de cartazes e gritos. Enquanto isso, o governo militar, entre 1964 e 1968, adotou tanto medidas repressivas contra as organizações estudantis quanto iniciativas de reforma nas estruturas administrativas, profissionais e curriculares das universidades, indica Napolitano (2014, p. 88).

Em março de 1968, o ME mobilizou-se nas ruas, antecipando os eventos do "maio parisiense", que logo tomariam as manchetes dos jornais. A morte do estudante Edson

Luís, baleado pela polícia durante uma manifestação no Rio de Janeiro, marcou o início de uma onda de protestos e conflitos com as autoridades na então capital federal:

A morte do jovem [...] foi o estopim que fez explodir as tensões com os estudantes, mobilizados contra o regime havia dois anos, assim como comoveu boa parte da classe média. A história do menino que veio do Pará para estudar no Rio de Janeiro mexeu até com empedernidos conservadores e anticomunistas. Mais de 60 mil pessoas foram ao seu enterro e a missa de sétimo dia se transformou em uma batalha campal entre estudantes e tropa de choque da PM carioca. (Napolitano, 2014, p. 89).

Foi necessário esse acontecimento, apesar de trágico, para despertar consciências sobre o nível de censura na sociedade. A violência pública evidenciou o problema para muitos, revelando que não se tratava apenas de uma tentativa de reconstrução pós-golpe. Tudo era certo e incerto ao mesmo tempo. Pessoas sentiam medo de morrer por lutar pelos próprios direitos perdidos ou por sua própria liberdade.

Valle (2008, p. 35) noticiou: “Edson Luís, assassinado pela PM: estudante secundarista, pobre, trabalhador, recém-chegado ao Rio de Janeiro. Não traz, portanto, adjetivos como líder subversivo, comunista, agitador, tão caros às buscas militares”. O jovem era apenas um estudante participando de uma manifestação pacífica em busca de seus direitos. Ele foi morto a tiros enquanto fazia sua refeição no restaurante universitário, o Calabouço. O governo justificou a invasão da PM alegando que o protesto estudantil era ilegal por não ter sido autorizado, conforme Valle (2008, p. 36).

Em junho de 1968, manifestações estudantis voltaram às ruas, agora contando com o apoio de cidadãos de diversas faixas etárias e classes sociais. Esses grupos enfrentaram o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a polícia em um confronto violento que ficou conhecido como Sexta-feira Sangrenta. Com pedras lançadas por manifestantes e respostas da polícia com tiros e gás lacrimogêneo, Napolitano (2014, p. 89) noticia que o embate deixou quatro mortos, 23 feridos por balas e outros machucados, prolongando-se até a noite. Esse evento reforçou o clima de medo e vulnerabilidade que se intensificava na sociedade brasileira. O choque entre a busca por direitos e a violência do Estado deixou marcas profundas, não apenas nos atingidos fisicamente, mas em toda a população, que passou a viver sob a ameaça constante de repressão e censura, afetando o senso de segurança e alimentando sentimentos de impotência e desamparo entre os cidadãos.

Uma semana após a Sexta-feira Sangrenta, em 26 de junho, estudantes, artistas, religiosos e intelectuais se reuniram no centro do Rio de Janeiro. Às 14h, cerca de cinquenta mil pessoas iniciaram a Passeata dos Cem Mil, que logo dobrou de tamanho, ocupando a Avenida Rio Branco. Essa manifestação foi a maior desde o golpe de 1964. Apesar das ameaças de repressão, os manifestantes mantiveram o protesto, forçando o regime militar a recuar.

A resistência ao governo cresceu, tornando-se mais violenta, com líderes de esquerda formando grupos armados. Como observa Napolitano (2014, p. 90), "Algumas correntes da esquerda passaram a defender a luta armada", o que dividiu a esquerda entre os que aderiram à guerrilha e os que preferiram protestos pacíficos. Essa divisão possivelmente gerou preocupação entre familiares e amigos, pois aqueles que optassem pela luta armada enfrentariam o risco de prisão ou morte.

Para conter as manifestações de oposição, o general Costa e Silva, no último mês do ano de 1968, decretou o famoso AI-5, suspendendo as atividades do Congresso e autorizando a perseguição contra os antagonistas do governo. Napolitano (2014, p. 106) afirma que era o mais repressivo dos atos institucionais, suspendendo direitos civis e políticos, autorizando a censura prévia e permitindo a prisão de opositores políticos. Oficialmente tem início a repressão militar nesse período conturbado e pontuado por torturas físicas e psicológicas.

Conforme Gianordoli-Nascimento *et al.* (2012, p. 104), após a implementação do AI-5, que resultou na suspensão de todas as garantias dos direitos políticos, a resistência armada começou a se manifestar nas ruas, enquanto nos porões a tortura sistemática era praticada. Embora os métodos de tortura fossem ocultados da opinião pública, algumas falhas expunham essas atrocidades, contribuindo para a consciência da brutalidade do regime.

Algumas pessoas se uniram para resistir ao governo, seja de forma direta ou indireta. Alguns aderiram à luta armada, outros optaram por protestos públicos e manifestações. Os artistas, por sua vez, utilizaram a arte como forma de protesto, como o cantor e compositor Chico Buarque, com sua música "Apesar de você" em 1970.

Perseguições, torturas físicas, morais e psicológicas, mortes ocultadas, desaparecimentos, clandestinidade e censura são palavras interligadas que compõem o

panorama de uma ditadura militar. Líderes políticos, estudantes, intelectuais, militantes e até familiares de ativistas foram e são alvos, conforme Napolitano (2014, p. 95), levando muitos à clandestinidade em busca de proteção. Esses são métodos opressivos utilizados na Ditadura Militar no Brasil que visavam silenciar qualquer voz dissidente e manter um controle rígido sobre a sociedade, alimentando um clima de medo e repressão generalizada.

Em dados quantitativos das mortes e desaparecidos,

No Brasil, a radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está longe de ser concluída, mas conforme levantamento da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da SEDH-PR sabe-se que pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses da ditadura militar e cerca de 20 mil brasileiros passaram por sessões de tortura. [...] Ainda conforme levantamento feito pela Comissão Nacional da Verdade, 191 brasileiros que resistiram à ditadura foram mortos, 210 estão até hoje desaparecidos e foram localizados apenas 33 corpos, totalizando 434 militantes mortos e desaparecidos. E os agentes dos órgãos de repressão do Estado que foram até agora identificados, responsáveis pelas torturas e assassinatos, totalizam 337. (Comissão da Verdade da PUC-SP, s.d.).

A LOGOTERAPIA DE FRANKL

Viktor Emil Frankl (1905 – 1977) foi um psicólogo que vivenciou uma parte de sua vida nos campos de concentração nazistas, não como profissional, mas como prisioneiro, alguém que experimentou o sofrimento em primeira mão. Ele fundamenta o termo "logoterapia" na palavra grega "*logos*", que significa "sentido", destacando, assim, a natureza central da terapia no sentido existencial, ou seja, a psicoterapia centrada no sentido (Frankl, 1991, p. 124).

Frankl (1991, p. 51) descreve como o aprisionamento prolongado, especialmente em condições extremas, faz com que qualquer conforto simples passe a ser percebido como uma dádiva. Um pedaço de pão, por exemplo, pode parecer uma refeição abundante para alguém que passou dias sem comer. Em situações de privação, a sobrevivência se torna o objetivo central e tudo o que não está diretamente relacionado a isso perde importância.

Pereira (2009, p. 119) relata que experiência de três anos de Frankl nos campos de concentração proporcionou-lhe uma vivência de existência nua e crua. Ele enfrentou

humilhações, a perda de sua família e bens materiais, além da constante ameaça de morte. Nos campos, testemunhou a singularidade humana nas condições mais extremas, assistindo prisioneiros desistirem da vida, suicidarem-se ou esperarem a morte passivamente. Também observou prisioneiros prejudicando uns aos outros, assim como atos de heroísmo e sacrifício, com pessoas comuns tornando-se heróis ao ajudarem os outros.

Frankl identificou que é esse tipo de condição extrema que evidencia a necessidade de um sentido para continuar lutando pela vida. Por quê? O que mantém essas pessoas, vítimas de tortura e perseguição, apegadas à vida? As respostas para essas perguntas só podem ser fornecidas pelas próprias vítimas e, mesmo assim, cada resposta será única, pois “não pode haver algo como um sentido universal da vida, mas apenas os sentidos únicos das situações individuais” (Frankl, 2011, p. 73). Além disso, o sentido não é algo abstrato, muito pelo contrário, deve ser objetivo. Do mesmo modo, o sentido da vida, além de único, é mutável, podendo se modificar de situação para situação, de dia para dia. Ou seja, cada um tem um sentido específico, único e irrepetível.

De acordo com Frankl (1991, p. 125), “[...] o ser humano é capaz de viver e até de morrer por seus ideais e valores!” e, segundo Pereira (2009, p. 38) Frankl dividiu os valores em três categorias na Logoterapia: valores criativos, de experiência e atitudinais. Os valores criativos referem-se ao que uma pessoa oferece ao mundo por meio de suas criações e realizações, como trabalho e arte. Os valores de experiência são adquiridos por intermédio de vivências que enriquecem a vida. Já os valores atitudinais dizem respeito à postura adotada frente às circunstâncias da vida, especialmente em situações de sofrimento ou adversidade, sendo fundamentais em contextos inevitáveis e inalteráveis.

Os valores atitudinais são fundamentais para este estudo, pois se referem ao sofrimento inevitável, como a tortura e a perseguição. Exemplos incluem coragem, dignidade, resiliência, amor e humor. A forma como as vítimas lidam com a dor, tanto durante, quanto após a vivência de experiências dolorosas e adversas, reflete esse valor atitudinal. Serão esses valores que possibilitarão encontrar sentido e propósito em situações imutáveis, mostrando a capacidade humana de transcender o sofrimento por meio de uma escolha consciente de atitude.

A afirmação de que o humano é capaz de resistir em função de seus valores permite estabelecer relação viável entre a Logoterapia e a condição psicológica vivida pelos militantes políticos que enfrentaram a tortura durante a Ditadura Militar. Essa conexão ressalta a capacidade humana de se sacrificar por convicções profundas, mesmo em face de extremo padecimento. Alguns lutam até a morte por seus ideais; outros resistem na esperança de sobrevivência. Frankl afirma:

A falta de sentimento do prisioneiro de muitos anos no campo de concentração é precisamente um dos reflexos da desvalorização de tudo aquilo que não serve ao interesse mais primitivo da preservação da vida. Tudo o mais, necessariamente, parece um evidente luxo aos olhos do prisioneiro. (Frankl, 1991, p. 51)

AS MARCAS INVISÍVEIS

As perseguições e as torturas contra a população aumentaram significativamente após a promulgação do AI5. Os testemunhos a seguir são de militantes políticos que sofreram essas perseguições. Os depoimentos foram coletados de vídeos veiculados junto aos materiais da produção teledramatúrgica *Amor e Revolução*.

A primeira voz que se ouve aqui é dos relatos de DC, uma mulher de idade não informada, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e presidente do diretório estudantil. D.C. relata que, por estar grávida, os torturadores adotaram uma abordagem “menos agressiva” fisicamente, mas a submetiam a intensa tortura psicológica. Mesmo com seis meses de gestação, ela enfrentava o sadismo dos torturadores, que contavam até com a presença de um médico para acompanhar os atos cruéis.

Eu fui presa dia 29 de dezembro de 1972, em São Paulo. Eu estava na casa da minha irmã e eu estava grávida quando eu fui presa... estava no sexto mês de gravidez e mesmo assim eu fui torturada”. “Era feito com acompanhamento médico... — ou pelo menos se dizia médico — disse o tipo de tortura que eles poderiam fazer, né? E recomendavam que não espancasse a barriga, e não desse choques elétricos na vagina, na boca... nos órgãos mais internos, né? Ouvidos... E depois que os médico, sei lá se é médico, o que é isso... Eh... falou isso e então eu não fui pendurada no Pau de Arara, e eles priorizaram muito a tortura psicológica.”
“E assim, quando eles vêm chamar a gente pro interrogatório, o carcereiro tem umas chaves grande, né? Da cela... E ele sacode. Aquilo faz um barulhinho metálico e você já fica pensando: “quem vai ser o torturado?”, porque quando abre a cela é pra torturar alguém.

Nessas circunstâncias, o terror psicológico se manifesta de maneira intensa, envolvendo indivíduos em situações de angústia. Uma mulher grávida, num constante temor de ser a próxima vítima dos atos de tortura, agravado pelo som das chaves e da abertura das celas.

Meu filho tinha soluços na barriga... Meu filho tem soluço até hoje com 37 anos... Qualquer tensão, ela se manifesta com soluço.” (D.C., sexo feminino, idade não informada). “Meu filho nasceu na prisão, mais precisamente no Hospital da Guarnição do Exército, em Brasília, porque eu fiquei um mês na Operação Bandeirantes, em São Paulo, na OBAN⁴... quer dizer, já era DOI-CODI⁵ nessa época. [...] Eu fiquei muito tempo em trabalho de parto porque o obstetra lá, um oficial militar, não quis fazer o parto na hora. Então diz “mas meu filho vai morrer... Ele não vai aguentar!”, ele falou “isso não tem importância, um comunista a menos”. Vários militares ameaçaram de adotá-lo se ele fosse homem, branco e saudável, refletindo bem o preconceito desses torturadores. E meu filho nasceu homem e além de branco, tinha os olhos azuis [dá risada], o que me deixava angustiada, né? [...] Depois que o meu filho nasceu, eu fiquei um período no hospital, onde eles não deixavam eu amamentar, diziam que tinham mandado prá... naquela época chamava FEBEM, o juizado de menores, e depois devolviam... quando devolveu, meu filho tava com diarreia, com vômito. E era uma briga constante prá eu poder ficar com esse meu filho. Até que eles entregaram meu filho prá minha família, e nós, que perdemos essa guerra, que perdemos nossos familiares... a gente tá sempre disponível pra contar essa história porque nós não nos envergonhamos dela. (D.C., sexo feminino, idade não informada).

O relato mostra como a tortura sofrida pela mãe impactou também o filho, ainda no útero, evidenciando que o bebê compartilha das dores e traumas maternos. Embora só a mãe tenha sido diretamente torturada, sob essa perspectiva, a criança também foi afetada.

A relatora expressa sua mágoa ao compartilhar as experiências, especialmente em relação ao sofrimento de seu filho, que enfrentou horrores na infância. Isso evidencia que a questão transcende uma mera disputa ideológica. Trata-se do sadismo dos torturadores que, em um contexto de impunidade, infligem danos físicos e morais. Essa crueldade ultrapassa divergências políticas, revelando a falta de escrúpulos dos agentes do regime militar.

⁴ Operação Bandeirante: Foi uma organização criada em 1969 pelo Regime Militar do Brasil. Seu objetivo era investigar e desarticular facções revolucionárias comunistas que subsistiam à época no país.

⁵ O Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi uma agência de repressão política subordinada ao Exército, onde os inimigos do governo eram encarcerados, torturados e mortos.

É fundamental refletir sobre como esse relato e os próximos revelam a resiliência humana diante do sofrimento. O que impulsiona essas pessoas a continuarem vivendo, mesmo enfrentando adversidades tão extremas? Mesmo cientes de que a liberdade após a prisão pode ser apenas parcial? Algumas perguntas podem encontrar respostas, enquanto outras permanecem sem solução. Surge então a indagação: vale a pena persistir em uma vida marcada pela perseguição e opressão?

D.C. expressa sua dor ao contar que, mesmo trinta anos depois, seu filho ainda sofre de soluços em momentos de tensão. Sua preocupação com o bem-estar do filho, ainda no ventre durante as torturas, revela a raiz de sua determinação para sobreviver: o amor e a responsabilidade pela vida do filho. Ela resistia não apenas por seus ideais, mas também pela proteção e futuro da criança, desejando desesperadamente o fim do sofrimento.

É como uma roleta russa: resistir e esperar para ver até onde se pode ir. Frankl (1991, p. 55) descreve seus momentos de sofrimento em seu livro, quando começa a imaginar momentos nunca vividos antes, ao lado de sua esposa. Comenta que, apenas após essa experiência, compreendeu que o sentido das últimas e extremas coisas pode ser expresso em pensamento e na fé humana, que é a “redenção pelo amor e no amor” (Frankl, 1991, p. 55). Acrescenta, ainda, que “passo a compreender que a pessoa, mesmo que nada mais lhe reste neste mundo, pode tornar-se bem-aventurada – ainda que somente por alguns momentos – entregando-se interiormente à imagem da pessoa amada” (Frankl, 1991, p. 55). Ou seja, durante os momentos de extrema dor, a figura evocada não precisa ser necessariamente uma representação romântica, mas pode ser qualquer indivíduo que a vítima ame incondicionalmente, seja um familiar, amigo ou outra pessoa querida.

Um aspecto importante do relato de D.C. é que ela continua na luta ao participar da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Para superar seu sofrimento, dedica-se à busca de justiça para aqueles que viveram experiências semelhantes. D.C. entrou com uma ação declaratória na Justiça, visando reconhecer o coronel Brillhante Ustra como torturador. Essa ação não busca prisão ou compensação financeira, mas, sim, a confirmação pública de que houve tortura no Brasil e a identificação dos responsáveis. Seu objetivo é tornar público que a tortura ocorreu e quem foram os autores desses atos bárbaros.

Tornava-se difícil, quase impossível, ponderar sobre sua existência em meio a tantas desmotivações. No entanto, uma coisa permaneceu inegável: a necessidade de continuar vivendo. Esse sentido de perseverança parece ter sido uma questão comum entre as vítimas que contribuíram para esta pesquisa. Apesar de todo o sofrimento e desespero, houve um impulso de resistir e encontrar um motivo para seguir em frente.

A segunda voz que faz ouvir é de J.L., uma mulher de 78 anos ao fazer o relato e que contava com 23 anos quando foi presa. No momento da prisão, J.L. estava em seu apartamento⁶ com o marido e o seu filho. O delegado Sérgio Fleury⁷ ameaçou entregar o bebê para o Juizado de Menores, mas J.L. conseguiu convencê-lo a deixá-lo com os sogros.

A minha participação política na resistência brasileira foi muito marcante em toda a minha vida. [...] Eu era repórter da Folha da Tarde, 1969, e eu escondia muita gente em casa. E um dos padres dominicanos falou sobre isso e a polícia foi na minha casa. E quando eu abri a porta, quem era? Esquadrão da Morte. Eu fui presa, um pouco antes eu tava grávida... meu filho tinha 33 dias.

Eu tive torturas físicas horríveis e muito mais na área moral, [palavra não identificada], sexual, né? E apanhei muito. Eles não me deixavam tomar banho, eu suava muito... me lembro do calor, suava... e a gente transpira também de medo. [...] e eu tive aquele sangramento dos 40 dias pós-parto, que é muito grande; e também não tinha absorvente; não tinha como eu me lavar, nós tínhamos só uma “piazinha” lá no DOPS, lavava com aquela água ali e usava o papel higiênico como se fosse um absorvente.

Percebe-se que a insalubridade da cela constituía outra maneira de torturar os detidos, independentemente de serem presos políticos ou não. O ambiente carecia de moralidade. De fato, não havia lugar para respeito, dignidade ou empatia.

Era um cheiro horroroso! Eu fiquei com um cheiro muito ruim. E aí eles, que eram tarados, quando me viam fazia assim: [som de gemido suspirante, a relatora fez um gesto com as duas mãos, esfregando uma na outra]. Ele me tirava a roupa, me debruçava assim em cima da mesa e me batia muito... abusava de todo jeito, um horror! E eu apanhava também porque era fedida, quando ele chegava perto de mim e tava aquele cheiro ruim, ele me batia porque era fedida. Se tem uma coisa que os torturadores tinham razão, era dizer que ‘marca de tortura não passa.’ Não passa. Nem a marca física, sempre vai ter uma coisa lá, mas a de dentro... jamais vai passar. Não passa.

⁶ Além do depoimento em *Amor e Revolução*, informações foram coletadas em *Memórias da Ditadura* (Instituto Vladimir Herzog).

⁷ Sérgio Fernando Paranhos Fleury, formado em direito, foi requisitado pela Ditadura Militar brasileira para atuar no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Seu papel era lutar contra a oposição do regime.

Fica evidente que os torturadores estavam cientes de suas ações o tempo todo. Tinham plena consciência da brutalidade que praticavam, inclusive ao mencionar que "marca de tortura não passa". Essa consciência revela a frieza e a crueldade com as quais prosseguiram em suas práticas.

Nós fomos expostos. Nós somos presos. Nós somos mutilados. Como consequência dessas torturas, eu tive uma infecção puerperal absurda e nunca mais pude ter filhos... e eu tinha 23 anos.

J.L. sofreu uma infecção puerperal e ficou impossibilitada de ter mais filhos, o que teve impactos físicos e psicológicos permanentes. Ela enfrentou intenso sofrimento físico, emocional e moral, além da separação de seu filho e o constante temor pelo bem-estar de ambos, o que provocou nela ansiedade e tensão.

Eu fui editora internacional sob a direção de Vladimir Herzog, e quando mataram o Vlado, eu já não aguentava mais perder tantos amigos. Aí eu saí da TV Cultura e fui morar em Campinas, e por um acaso morei numa casa alugada, que depois de mim, quem foi inquilina de lá também prá fazer sua tese na UNICAMP de seu mestrado, é a hoje presidente Dilma Rousseff. Então, uma de nós, uma das 'donzelas da torre', lá do Presídio Tiradentes, virou presidente da república. Nós tínhamos toda razão.

Quando J.L. cita esse trecho de seu depoimento, está falando de um momento, após ser solta, depois de nove meses na prisão, em que ficou sob liberdade vigiada. Apenas em 1972, foi julgada e absolvida.

Os relatos oferecem um relato comovente da vida de J.L., uma jornalista que viveu a brutalidade da Ditadura Militar no Brasil. Seu depoimento destaca não apenas sua trajetória pessoal, mas também a conexão com outras figuras importantes da história política brasileira, como Dilma Rousseff, que também foi presa e torturada durante o regime.

No caso de J.L., continuou sua trajetória e integrou o Grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo, no ano de 2000. Também, com a instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), passou a contribuir ativamente para investigar os crimes da Ditadura Militar. Ao relatar suas experiências, ela não apenas educa as novas gerações sobre os horrores da Ditadura, mas também inspira outros a se engajarem na luta pela democracia e pelos direitos humanos.

Frankl (2011, p. 90) argumenta que é possível encontrar sentido na vida, mesmo no sofrimento mais intenso. J.L., uma sobrevivente de torturas, exemplifica isso ao demonstrar resiliência e coragem, especialmente ao proteger seu filho recém-nascido sob ameaça. Apesar das terríveis experiências, superou as sequelas físicas e psicológicas, continuando a lutar por uma sociedade mais justa. Sua coragem e engajamento na luta pela justiça refletem os valores atitudinais de Frankl (2011, p. 90), mostrando como transformou o sofrimento em um propósito maior, um fundamento central na Logoterapia.

A terceira voz a ser ouvida é a de I.B, um homem de 75 anos, que descreve o momento em que policiais irromperam em sua casa e saquearam tudo o que o casal havia construído desde que se casaram. Não se limitaram a invadir seu apartamento; invadiram sua paz, sua integridade moral, sua identidade individual... sua condição como ser humano, privando-o de seus direitos fundamentais.

Eu tinha a ligação com uma organização clandestina e era um período muito difícil porque você tava estudando, e de repente seus colegas eram presos, sumiam os professores... porque dentro da Reitoria da USP, funcionava o órgão ligado ao Segundo Exército pra vigiar os estudantes e os professores. [...] Eu abri a porta, tomei um susto, o sujeito já entrou e me deu uma coronhada no olho com o cabo da metralhadora. Aí eu caí, eles entraram dentro do meu apartamento, roubaram tudo que a gente tinha de recém-casado.

[...] Eu entrei na OBAN, eles fizeram um corredor polonês, eu nem entrei e já comecei a apanhar no próprio pátio. Aí eles me levaram prá um lugar chamado Cela Forte - que era uma solitária, um cubículo -, e eles tavam lavando, puxando a água misturada com sangue. Eu olhei assim por baixo do capuz e eu vi aquelas poças de sangue... aí o carcereiro falou assim prá mim: Ó, acabou de morrer um cara da sua classe aí... O A.V. Tomou tanto choque que vazou sangue prá tudo quanto é lado. O Major tá nervosíssimo... tá o cão de nervo. Você se prepara que você vai apanhar pra caramba.

Pelo relato de I.B, entende-se que assim que se chegava à OBAN, percebia-se imediatamente a manipulação e o terror impostos às vítimas. Um terror psicológico e traumático, agravado pela notícia terrível de que seu amigo havia sido torturado até a morte. Os detalhes macabros, como seu nome e sobrenome, e a descrição de sua morte, exacerbavam o sofrimento da vítima. Esse tipo de tática era utilizado não apenas para obter informações, mas também para desestabilizar emocionalmente os prisioneiros, minando sua resistência e capacidade de enfrentar o regime opressor (Rubert, 2014, p.

283). Além de que era muito prazeroso ver seu inimigo sofrendo diante de suas próprias mãos.

[...] Bom, eu fiquei 45 dias na OBAN, depois fiquei 45 dias numa outra cela, no X3. Nesse período, eu vi quatro pessoas serem mortas: o R.Q., o C., a M.A. e o M.B. [...] Aí eu fui pro DOPS depois de 90 dias. Tinham matado um monte de gente que eu conhecia lá na Araguaia, e eles queriam saber qual é a minha ligação com essas pessoas, se eu tinha ligação com a Araguaia. Era evidente que eu não tinha, já tinha dito isso prá eles antes.

Comentando o caso de I.B., ao ser preso e torturado, ele estava envolvido com uma organização clandestina, o que sugere que tinha um propósito maior pelo qual estava disposto a sofrer. Esse senso de propósito pode ter sido uma fonte crucial de força para ele durante os momentos de maior sofrimento. Ao mencionar os companheiros que foram mortos, mostra uma conexão emocional e empática com os outros, que pode ter ajudado a fortalecer sua resistência, sabendo que não estava sozinho em sua luta. Ele sobreviveu 45 dias na OBAN e outros 45 dias em outra cela, testemunhando a morte de vários conhecidos. Apesar das circunstâncias terríveis, continuou resistindo. Essa persistência é um exemplo de como valores atitudinais podem sustentar uma pessoa em momentos de grande adversidade.

Foi possível constatar a capacidade de encontrar sentido no sofrimento e de manter valores atitudinais como coragem, dignidade e solidariedade, mesmo em face da brutalidade e desumanidade, essência da Logoterapia, nos relatos de I.B, J.L. e D.C. Eles não apenas sobreviveram às atrocidades que sofreram, mas também mantiveram um senso de propósito e integridade que os ajudaram a transcender o sofrimento. A história dos três entrevistados ilustra a capacidade humana de encontrar significado e força, mesmo nas situações mais extremas, conforme descrito por Frankl em sua proposta teórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise contextualizada desse período sombrio da história brasileira, foi possível dar voz aos militantes sobreviventes da Ditadura Militar no Brasil e compreender como encontraram sentido em meio ao sofrimento extremo. Dessa forma, a pesquisa revelou que os militantes, apesar de enfrentaram a tortura e a repressão física e psicológica, também desenvolveram notável capacidade de superação e encontraram

sentido frente às dificuldades, conforme preconizado pela Logoterapia de Viktor Frankl (1991, 2011). Mesmo nas condições mais adversas, a busca por um propósito e a manutenção da dignidade humana foram fundamentais para a sobrevivência e a superação dos traumas.

Os resultados deste estudo destacam a importância de reconhecer e valorizar a coragem e a resistência dessas pessoas. A investigação trouxe à luz as cicatrizes invisíveis deixadas pela tortura e contribuiu para uma compreensão mais ampla e humana dos efeitos duradouros desse período. Além disso, ao destacar as experiências dos sobreviventes, o trabalho não só preserva a memória histórica, mas também promove um debate necessário sobre os direitos humanos e a importância de lutar contra qualquer forma de opressão.

É importante sensibilizar a sociedade para os impactos psicológicos da tortura e para a valorização das histórias de resistência e superação dos militantes políticos. Ao fazer isso, a pesquisa promoveu a reflexão sobre a importância da memória histórica e da justiça, incentivando, inclusive, outras investigações nesse âmbito.

Lembrar para nunca esquecer e nem nunca repetir.

REFERÊNCIAS

- ALADIM, Débora. **Resumo de História: DITADURA MILITAR** (Débora Aladim). 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B8hLHJSA6V0>. Acesso em: 19 abr. 2024.
- BEZERRA, Juliana. **Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- FRANKL, Viktor E. **Em Busca de Sentido: um psicólogo no campo de concentração**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FRANKL, Viktor E. **A Vontade de Sentido: Fundamentos e aplicações da Logoterapia**. São Paulo: Paulus, 2011.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; VELOSO, Flávia Gotelip Corrêa; SILVA, Sara Angélica Teixeira da Cruz; CRUZ, Jaiza Pollyana Dias da; OLIVEIRA,

Flaviane da Costa. **A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira:** contribuição das narrativas de familiares de presos políticos. *Psicologia e Saber Social*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 103–119, 2012.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. 1968. 26 de Junho. **Passeata dos cem mil afronta a ditadura.** Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura>. Acesso em: 18 mar. 2024.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Personagens.** Rose Nogueira. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/rose-nogueira/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PEREIRA, Ivo Studart. **A ética do sentido da vida na logoterapia de Viktor Frankl.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Fortaleza (CE), 2009. 125 fl.

RUBERT, Silvania. **Ditadura civil-militar no Brasil:** construção da subjetividade em situações traumáticas. *Historiæ*, v. 5, n. 2, p. 273-296, 2014.

SANTIAGO, Tiago. **Amor e Revolução.** São Paulo: SBT, Sistema Brasileiro de Televisão. Acesso em: 17 abr. 2024.

VALLE, Maria Ribeiro do. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. **Mediações**, v. 13, n. 1/2, p. 34-53, 2008.